**SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO EM PORTUGAL - 31107**

Docente: Prof. Doutor Paulo Oliveira Ramos



**"Duas épocas distintas apresentam os últimos tempos, nas quais se pode dividir a história da destruição dos monumentos da nossa pátria: uma já acabou, a outra vivemos nós"**

Alexandre Herculano, 1838

RESUMO

António José Estêvão Cabrita

Nº 1002404

Junho 2012

Contents

[Introdução 4](#_Toc331111635)

[Roteiro 4](#_Toc331111636)

[Bibliografia 5](#_Toc331111637)

[Biblioteca 6](#_Toc331111638)

[Tema 1 - DA IDADE MÉDIA AO SÉCULO XVIII 7](#_Toc331111639)

[DA IDADE MÉDIA AO SÉCULO XVIII 8](#_Toc331111640)

[Alvará de D. João V 11](#_Toc331111641)

[Alvará régio de 20 de Agosto de 1721 e D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses o 1º Marquês de Abrantes 12](#_Toc331111642)

[Autoria 12](#_Toc331111643)

[Características 13](#_Toc331111644)

[O que permitiu fazer 14](#_Toc331111645)

[Tema 2 - O SÉCULO XIX 15](#_Toc331111646)

[De Alexandre Herculano à Carta de Veneza 16](#_Toc331111647)

[D. Rodrigo de Sousa Coutinho 16](#_Toc331111648)

[Alexandre Herculano (1837-1964) 17](#_Toc331111649)

[Problemas advindos da extinção das Ordens Religiosas 19](#_Toc331111650)

[Classes em que foram divididos os monumentos na lista conhecida em 1880 (24 de Outubro): 22](#_Toc331111651)

[Monumentos classificados antes de 1910 24](#_Toc331111652)

[Critérios do séc. XIX 24](#_Toc331111653)

[Tema 3 - O SÉCULO XX 25](#_Toc331111654)

[Nova Lei do Património - 26 de Maio de 1911. 26](#_Toc331111655)

[Conselho de Arte e Arqueologia 26](#_Toc331111656)

[Associações voluntaristas locais 26](#_Toc331111657)

[Estado Novo 26](#_Toc331111658)

[Categorização dos bens imóveis 26](#_Toc331111659)

[Restaurar o quê e como? 27](#_Toc331111660)

[Biografias 29](#_Toc331111661)

[Alexandre Herculano (1810-1877) 29](#_Toc331111662)

[D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, 1º Marquês de Abrantes (1676-1733) 30](#_Toc331111663)

[Francisco Martins Sarmento (1833-1899) 30](#_Toc331111664)

[Gabriel Vítor do Monte Pereira (1847-1911) 31](#_Toc331111665)

[Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896) 31](#_Toc331111666)

[José Leite de Vasconcelos (1858-1941) 34](#_Toc331111667)

[Luciano Cordeiro (1844-1900) 34](#_Toc331111668)

[Ramalho Ortigão (1836-1915) 35](#_Toc331111669)

[Índice 39](#_Toc331111670)

# Introdução

Esta unidade curricular propõe-se familiarizar os estudantes com a **história da Salvaguarda do Património Construído em Portugal**. Fornece uma panorâmica geral desde a Idade Média ao Século XX salientando momentos axiais como a publicação do alvará joanino de 20 de Agosto de 1721, a revolução liberal e a extinção das ordens religiosas, o vandalismo e os protestos dos intelectuais, a legiferação da I República e a actividade da DGEMN durante o Estado Novo.

Pretende-se que, no final desta Unidade Curricular, o estudante tenha adquirido as seguintes competências:

* Entender como o património construído foi valorizado entre nós principalmente entre os séculos XVIII e XX;
* Reconhecer as principais problemáticas relativas à questão da salvaguarda do património edificado;
* Identificar os principais intervenientes, individuais e colectivos, na política de salvaguarda do património edificado em Portugal;
* Capacidade de confrontação de pontos de vista diversos sobre os mesmos fenómenos históricos.

# Roteiro

|  |  |
| --- | --- |
| Tema 1  | Da Idade Média ao Século XVIII  |
| Tema 2  | O Século XIX  |
| Tema 3  | O Século XX  |

# Bibliografia

#### Obrigatória

CUSTÓDIO, Jorge; SILVA, Nuno Vassalo e; SOROMENHO, Miguel, "Salvaguarda do Património, Antecedentes Históricos", in *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, SEC / IPPAR, 1993, pp. 21-71.

ORTIGÃO, Ramalho, *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, Esfera do Caos, 2006.

***Nota***: O primeiro destes textos será disponibilizado em PDF. O segundo, na sua edição de 1896, está acessível na [Biblioteca](http://www.moodle.univ-ab.pt/moodle/mod/resource/view.php?r=877771) Nacional Digital. Serão ainda facultados outros recursos durante o semestre.

***Sugestão***: apesar de não ser leitura obrigatória, aconselha-se vivamente a aquisição e leitura da obra:

AA.VV., *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, Lisboa, Igespar, 2010.

#### Complementar

CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2000.

CUSTÓDIO, Jorge, *"Renascença" Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a I República. Fundamentos e Antecedentes*, Lisboa, Caleidoscópio, 2011.

LACROIX, Michel, *O Princípio de Noé ou a Ética da Salvaguarda*, Lisboa, Instituto Piaget, 1999.

MAIA, Maria Helena, *Património e Restauro em Portugal (1825-1880),* Lisboa, Edições Colibri / IHA, 2007.

NETO, Maria João Baptista, *Memória, propaganda e poder. O restauro dos monumentos nacionais*, Porto, FAUP Publicações, 2001.

RAMOS, Paulo Oliveira, "O Alvará régio de 20 de Agosto de 1721 e D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, o 1º Marquês de Abrantes", in *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III Série, volume 6, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, pp. 87-97.

#### Outros Recursos

GARRETT, Almeida, *Viagens na Minha Terra*, Lisboa, Na Typographia da Gazeta dos Hospitais, 1846 disponível na Internet no seguinte endereço electrónico: <http://www.gutenberg.org/files/24401/24401-8.txt>

HERCULANO, Alexandre, “Monumentos Pátrios. 1838”, in *Opúsculos*, Tomo II , Lisboa, Na Casa da Viuva Bertrand, MDCCCLXXIII disponível na Internet no seguinte endereço electrónico: [http.//www.gutenberg.org/files/16922/16922-8.txt](http://www.gutenberg.org/files/16922/16922-8.txt)

# Biblioteca

**Texto A** - SOROMENHO, Miguel e SILVA, Nuno Vassalo e, "Da Idade Média ao Século XVIII", in CUSTÓDIO, Jorge; SILVA, Nuno Vassalo e; SOROMENHO, Miguel, "Salvaguarda do Património, Antecedentes Históricos", in Dar Futuro ao Passado, Lisboa, SEC / IPPAR, 1993, pp. 22-32.

**Texto B** - Alvará régio de 20 de Agosto de 1721.

**Texto C** - RAMOS, Paulo Oliveira, "O Alvará régio de 20 de Agosto de 1721 e D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, o 1º Marquês de Abrantes", in Discursos. Língua, Cultura e Sociedade, III Série, volume 6, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, pp. 87-97.

**Texto D** - CUSTÓDIO, Jorge, "De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)", in CUSTÓDIO, Jorge; SILVA, Nuno Vassalo e; SOROMENHO, Miguel, op. cit. pp. 33-53.

**Texto E** - ORTIGÃO, Ramalho, O Culto da Arte em Portugal, Lisboa, António Maria Pereira, 1896.

**Texto F** - CUSTÓDIO, Jorge, "De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)", in CUSTÓDIO, Jorge; SILVA, Nuno Vassalo e; SOROMENHO, Miguel, op. cit. pp. 54-67.

Notas respeitantes aos Textos D e F. CUSTÓDIO, Jorge, "De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)", in CUSTÓDIO, Jorge; SILVA, Nuno Vassalo e; SOROMENHO, Miguel, op. cit. pp. 68-71.

# Tema 1 - DA IDADE MÉDIA AO SÉCULO XVIII



Pretende-se com a presente temática estudar a história da salvaguarda do património entre nós ao longo do largo arco temporal que vai da Idade Média a Setecentos. Depois de uma abordagem panorâmica (texto A) é dado um natural destaque ao alvará joanino de 20 de Agosto de 1721 (textos B e C).

**Texto A** - SOROMENHO, Miguel e SILVA, Nuno Vassalo e, "Da Idade Média ao Século XVIII", in CUSTÓDIO, Jorge; SILVA, Nuno Vassalo e; SOROMENHO, Miguel, "Salvaguarda do Património, Antecedentes Históricos", in Dar Futuro ao Passado, Lisboa, SEC / IPPAR, 1993, pp. 22-32.

**Texto B** - Alvará régio de 20 de Agosto de 1721.

**Texto C** - RAMOS, Paulo Oliveira, "O Alvará régio de 20 de Agosto de 1721 e D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, o 1º Marquês de Abrantes", in Discursos. Língua, Cultura e Sociedade, III Série, volume 6, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, pp. 87-97.

## DA IDADE MÉDIA AO SÉCULO XVIII

Preocupação com os objectos do passado desde a Antiguidade

* Envio de peças escultóricas para Roma com saque de Corinto (146 A.C.);
* Reconhecida a superioridade cultural grega por Roma;
* A reunião de vários espólios contribuiu para a sua valorização e para o coleccionismo;

Na **Idade Média** dá-se uma adaptação às novas necessidades de representação da história sagrada

* Adaptação da iconografia – Júpiter identificado com Deus ou com o papa;
* Vestígios monumentais clássicos adaptados a novas necessidades e interesses utilitários: novas igrejas sobre ruínas de antigos templos, reaproveitamento de outros;
* Crescente fascínio pelo Antigo;

No ***Quattocento*** com os estudos literários e levantamentos epigráficos, nas áreas da moral, da política e da filosofia, rapidamente se estenderam aos aspectos arqueológicos e arquitectónicos, valorizando-os.

A partir de 1430, sob o pontificado de **Eugénio IV** (1431-1447), há um apelo à conservação e a uma protecção dos monumentos romanos.

Assim, se multiplicam campanhas de obras informadas por programas coerentes de reconstrução, conservação ou restauro, onde são também intervencionadas construções estranhas ao “clássico”.

Os vários casos desta época revelam não só intervenções “em conformidade” - harmoniosa correspondência entre as diversas partes de um edifício -, como levantam, pela primeira vez, o problema do historicismo em arquitectura, num esforço de adaptação à originalidade.

Durante os séculos XVII e XVIII a situação permanece inalterada.

Fora de Itália, onde a ortodoxia romana era menos influente, as velhas tradições construtivas nunca desapareceram, indiferentes aos estilos aplicados, combinando-os por vezes, de forma criativa e sem parcimónia. Era um conhecimento de obra, empírico, inalterado desde a **Idade Média.**

O movimento de retorno ao **gótico** que, aproveitou estes conhecimentos, era preparado paralelamente por recolhas literárias, investigações historiográficas e levantamentos gráficos de ruínas e edifícios medievais.

Em Inglaterra, onde o movimento foi mais precoce e mais profundo, agregaram-se as tradições de restauro, obras de conservação e modo de construção gótica de raiz no séc. XVIII e até ao séc. XIX (**James Wyatt**).

As fronteiras culturais na Europa alargam-se para além de Roma, centro cultural e de formação, a todos os locais onde existissem vestígios da **Antiguidade** Clássica, promovendo dessa forma toda uma literatura de viagens, emergindo aquilo a que se pode chamar de “**turismo cultural**”, pelo qual, se também criam métodos comparativos de estilos geograficamente dispersos.

A reabilitação edílica, com responsabilidades na reabilitação do **gótico** durante o séc. XVIII, não deixou de se desenvolver em torno da arquitectura clássica. Foi a partir das primeiras **escavações** sistemáticas das cidades de **Pompeia** e **Herculano**, em 1738, que se levantaram importantíssimas questões. Desde o início dos trabalhos, acompanhados por técnicos de restauro, se verificaram excessos de zelo, ao adulterar os originais com a destruição de restos considerados menores. Várias críticas foram feitas e a polémica que se referiu sempre a intervenções sobre o espólio escultórico, e mais tarde a pinturas murais, o que vem dar origem à discussão sobre o que deve ser restaurado e quais os limites da intervenção.

Em Portugal, ao longo da **Idade Média**, foram comuns as medidas de protecção de edifícios, sobretudo militares, com aproveitamento frequente de trechos amuralhados muçulmanos – para maior rapidez nas obras de fortificação que se impunham – foi completada por legislação régia que preconizava a manutenção de castelos e de construções antigas.

Além da marca régia destas medidas, foi decisiva a acção das **Ordens Militares**. As **Visitações** constituíram-se como poderoso mecanismo de controlo destas políticas, destinadas a inspeccionar tanto a conformidade do culto com as orientações papais como a conservação dos edifícios religiosos e militares.

A conservação dos bens imóveis, se quase sempre orientada para uma preocupação utilitária, não deixou de se revestir noutras formas, como a dignidade dos locais de culto.

A um núcleo de preocupação de conservação pelo valor de uso e simbolismo, agregam-se outros factores, como adição de valor acrescentado a vários objectos, de outro modo comuns. A **Antiguidade** passava a funcionar como elemento de agregação num passado que se ia construindo como referente cultural e político. D. Afonso V (1432-1481) protagonizou duas situações decorrentes desta nova atitude ao conceder o uso de duas pedras de um templo romano de Évora e, noutro caso, ao não permitir a destruição de uma ponte, por não “querer o reino de Castela com aquele edifício a menos”.

Á consolidação de um interesse genuíno pelo **Antigo**, através dos estudos **humanísticos** e de um nascente gozo pela arqueologia clássica, liga-se o aparecimento da **história urbana** que lançou um novo olhar sobre os principais monumentos das cidades. **André de Resende** (1500-1573) foi, entre nós, uma das figuras mais importantes. A atenção dada à cidade de **Évora** e aos seus edifícios históricos ajudou certamente à valorização monumental do seu património clássico, como afirmação de superioridade, legitimando-a com a importância do seu passado histórico, recriando até um **cipo romano**, ou lápide, com inscrição comemorativa. São ainda exemplos as obras de **Damião de Góis** e de **Francisco de Holanda** que propunham “o acerto monumental das cidades com o seu prestígio histórico”.

Não apenas a história antiga entrava nas preocupações contemporâneas. Estruturou-se em paralelo um discurso de legitimação real, na casa de Avis, reflectida também na preservação e valorização de monumentos específicos que sublimam o passado histórico dos seus, como são os casos dos túmulos de D. Afonso Henriques e de D. Sancho ao serem refeitos, a zona de exclusão de edificação em torno do **mosteiro dos Jerónimos**, inicialmente previsto para panteão real, e a proibição de estender roupa em frente a este.

Também **Filipe II** se esforçou na legitimação, perspectivando a dinastia precedente, não deixou de se concentrar na conservação de outros velhos edifícios, como é o caso da reconstrução do manuelino **Torreão do Paço da Ribeira**, símbolo emblemático da cidade de Lisboa.

**Dom Rodrigo de Moura Teles** (1704-1728) - apostado na afirmação do primado da arquidiocese, tomou algumas medidas exemplares nos domínios da conservação e restauro do património móvel edificado: tributo simbólico à antiguidade romana na cidade de **Braga**, ao mandar refazer as letras das inscrições que quase não se liam nas colunas dos imperadores Romanos que estavam no campo de Santa Ana junto à capela.

No Templo de S. Frutuoso de Montélios juntou à memória pagã os relatos hagiográficos da cristianização medieval: quando se pretendeu reconstruir o templo de S. Frutuoso, **D. Rodrigo** não autorizou a destruição do edifício moçárabe para não perder o pouco da antiguidade que ainda havia e só pagou a nova fábrica com a condição de permanecer a memória da antiga.

Esta é uma atitude de forte cunho ideológico.

Uma preocupação conservacionista apurada muito mais tarde com o arquitecto italiano **Francisco Xavier Fabri** que em conjunto com **Costa e Silva** desenhou o **Palácio da Ajuda** e entre 1799 e 1800 elabora relatórios detalhados das medidas de protecção que possam evitar a destruição das recém-descobertas ruínas do **Teatro Romano de Lisboa** e que incluíam a compra do terreno e a Parede dos Edificantes (...)

Clero e Igreja, mais esclarecidos (com ideais de **Humanismo** e **Classicismo**) criam:

* Museus;
* Pinacotecas;
* Gabinetes de Curiosidades.

No entanto a sua preocupação restringe-se aos bens culturais móveis.

## Alvará de D. João V

**Texto B** - Alvará régio de 20 de Agosto de 1721

ou

ANTT. “Lei pela qual D. João V proibia a destruição de edifícios, que mostrassem ser antigos, de estátuas ou de medalhas.” Arquivo Nacional da Torre do Tombo. s.d. http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4628676 (acedido em 2012-04-02).

## Alvará régio de 20 de Agosto de 1721 e D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses o 1º Marquês de Abrantes

### Autoria

Alvará de inspiração ou mesmo da autoria de **D. Rodrigo Meneses**:

* Detectam-se no texto semelhanças face à legislação da “Província Romana”. Diplomas que terão chegado ao conhecimento do Marquês durante a sua estada em Roma (1712-1718);
* Durante a sua estada em Roma o Marquês remeteu para Lisboa pormenorizadas descrições artísticas dos mais belos monumentos e desenhos, plantas e grandiosas miniaturas das mais importantes e recentes obras arquitectónicas, como a Basílica de S. Pedro;
* Três anos após o seu regresso empreende as **jornadas[[1]](#footnote-1)** além-Tejo justificando-as como “não sendo assunto de fácil solução é necessário que se mova quem os busca e que em repetidas vezes os observe”;
* Na sua jornada, a **Santiago do Cacém**, refere-se às ruínas que **André de Resende** disse ter visto, como já não existentes pois a voracidade dos circunvizinhos foi maior que a do tempo e do que tem relatado, e do mais que ainda tem, a ignorância e a negligência são a causa de tal voracidade;

A propósito das “**jornadas**” do **Marquês de Abrantes**, um dos episódios mais curiosos da pré-história do nosso **património**, devemos lembrar as palavras sobre a iniciativa de Prosper Mérimée (1803-1870), ao percorrer as províncias de França um bom século mais tarde que **Abrantes**:

“A descoberta do país através da sua paisagem histórica. É sem dúvida necessário explorar o passado embutido na monotonia rural comprometido pela ignorância ou pela presunção. Sob este olhar, esta experiência manifesta uma intuição forte e moderna do **Património**”

André Chastel e
Jean- Pierre Babelon

* Em intervenções na Academia, depois de invocar algumas desgraças que atingiam o património nacional afirma que “todos se queixam das poucas notícias dos nossos antepassados, mas se não cuidamos da estatuária, dos mármores e dos metais como queremos que permaneçam papéis e pergaminhos?”

### Características

O **alvará** é relevante em torno de alguns aspectos:

1. Afirmar que por incúria e ignorância muitos dos monumentos antigos se tinham consumido. Esta postura do **alvará** é a mesma do Marquês quando este afirmou que a destruição do património se deve à voracidade dos circunvizinhos, mais activa que o tempo pela ignorância e pela negligência;
2. Alargada noção de **património** ao englobar lâminas, chapas, medalhas, moedas e outros artefactos;
3. Limitação temporal: até **D. Sebastião**, para o que se considere **antigo**
4. Atribuição de responsabilidades aos poderes locais, ao determinar o particular cuidado em conservar e guardar todas as antiguidades conhecidas ou por descobrir, criando desta forma uma **rede** de salvaguarda **patrimonial**;
5. Dotação orçamental para melhor se conservar o património; determinação para as Câmaras comprarem e pagarem os artefactos à consignação;
6. Enquadramento penal para os prevaricadores.
Aos de inferior condição e que fundem moeda, 10 anos de degredo em África e perca de metade da fazenda. Metade para a Câmara outra metade para quem o acusar. Aos de superior condição, o mau grado de sua majestade com as consequências consideradas adequadas à má feitoria.
7. Atribuição[[2]](#footnote-2) à **Academia Real da História Portuguesa[[3]](#footnote-3)** de um papel de controlo ou coordenação das actividades **patrimoniais**;

### O que permitiu fazer

As repercussões ou consequências deste alvará são registadas no texto de *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarquia*, por **José Silvestre Ribeiro**, ao indicar que nos 29 anos restantes ao reinado de **D. João V**, a **Academia** reuniu um grande número de objectos arqueológicos – em mármores e diversos metais, descobertos em escavações casuais em diversos pontos do reino -, que serviram à formação de um *curioso museu arqueológico*, segundo o relatório e mapas acerca dos edifícios que devem ser classificados como **monumentos nacionais**, apresentados pela **Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses**, em 1880.

O alvará caiu em desuso e, tendo no entanto, “velado” pelo nosso património durante aquele reinado, ressuscitou em 1802, com a promulgação do decreto de 4 de Fevereiro[[4]](#footnote-4) e voltaria a ver luz do dia em 1815, aquando da publicação de uma memória sobre o teatro romano de Lisboa, em *advertência preliminar* de **Luís António de Azevedo** (1755-1818/20) a respeito da conservação de monumentos antigos.

.

# Tema 2 - O SÉCULO XIX



O estudo do Tema 2 decorre de 10 de Abril a 7 de Maio de 2012. Pretende-se com a presente temática estudar a história da salvaguarda do património entre nós ao longo de Oitocentos. Depois de uma abordagem panorâmica (texto D) as leituras prolongam-se num excerto de Ramalho Ortigão (texto E).

Espera-se que o estudante trabalhe a matéria em análise e proceda de acordo com o indicado no Plano da Unidade Curricular (PUC) para as estas semanas do semestre.

*Texto D - CUSTÓDIO, Jorge, "De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)", in CUSTÓDIO, Jorge; SILVA, Nuno Vassalo e; SOROMENHO, Miguel, op. cit. pp. 33-53.*

*Texto E - ORTIGÃO, Ramalho, O Culto da Arte em Portugal, Lisboa, António Maria Pereira, 1896.*

# **De Alexandre Herculano à Carta de Veneza**

D. Rodrigo de Sousa Coutinho **-** a 4 de Fevereiro de 1802 ordena **a republicação do Alvará Joanino**, transferindo as funções atribuídas ao Secretário da Academia Real de História para as do Bibliotecário Maior da Real Biblioteca de Lisboa, a quem competia a correspondência com as Câmaras de modo a zelar pelos monumentos da Antiguidade.

Foi por este motivo que entre 1802 e 1870 a Inspecção dos Monumentos e Antiguidades esteve nas mãos da **Biblioteca Nacional**. Às **Câmaras** competia por sua vez comunicar os achados encontrados na sua área de jurisdição administrativa.

A consciência da existência de um **património cultural** e da **necessidade da sua salvaguarda** constituiu-se em **Portugal no séc. XIX,** no entanto no início não foi um fenómeno generalizado. Tratou-se de um **Movimento Intelectual Liberal.** Implicou o reconhecimento de um conjunto de valores patrimoniais (sobretudo monumentais), históricos e culturais, que importava transmitir às gerações vindouras como herança do passado.

À época ainda não existia a componente internacional, sendo que de forma consciente ou inconsciente exemplos europeus fossem referidos.

Este movimento exigiu no entanto que se formasse opinião pública, cuja sensibilização era indispensável e sem a qual seria impossível criar sinergias.

Os acontecimentos sociais e políticos da institucionalização do Liberalismo constituíram um outro Terramoto, agora obra do Homem e fruto da sua vontade, isto porque a Revolução Liberal, a Guerra Civil (1832-1834), a demolição do absolutismo destruíram muitos dos símbolos do Antigo Regime com a **Anterior sociedade** sustentada em factores sócio-económicos (**vínculos, morgados e forais**) e políticos **(o absolutismo).**

**Consequências Culturais:** como reflexo de profundas alterações sociais, a nova sociedade resultava de rupturas profundas nas instituições e da necessidade de encontrar estruturas culturais correspondentes aos novos interesses da colectividade. Deste conjunto de problemas sobressai em 2º plano a questão dos bens patrimoniais da “sociedade” demolida. **Como conservar e renovar a herança cultural?**

Aparecem as **leis revolucionárias que** se reflectem no património herdado pela nova sociedade:

* Extinção das ordens religiosas
* Venda dos bens nacionais
* Modificação da organização Municipal

**Setembrismo[[5]](#footnote-5) -** Movimento radical de índole institucional. Designação dada à corrente mais à esquerda do Movimento Liberal que **defende a supremacia da soberania popular.** Deriva directamente do **vintismo[[6]](#footnote-6)** (movimento caracterizado pelo **radicalismo das soluções liberais** e pelo predomínio político das Cortes Constituintes que pretende regenerar a pátria, apelando à aliança do rei com as forças sociais representadas nas Cortes). É no **Setembrismo** que se insere Alexandre Herculano.

Alexandre Herculano (1837-1964) - papel **pioneiro** da sua intervenção pública na valorização do Património Cultural Português.

Setembrista (corrente mais à esquerda do movimento liberal que deriva directamente do **vintismo** e que defende a supremacia da soberania popular):

* Um verdadeiro defensor do património histórico português constituído, segundo ele, por monumentos com arte e história que revelam a glória de Portugal.
* Olhava para os monumentos como uma fonte de criatividade cultural, algo que está ao serviço das gerações futuras como testemunhas do passado de uma sociedade e, como tal, é preciso entendê-los inseridos na época que os produziu.
* Através dos seus artigos procurou sensibilizar a opinião pública e estimular as associações voluntárias de defesa dos valores patrimoniais nacionais.
* Enquanto deputado consegue também algumas verbas para aplicar na conservação de monumentos nacionais.
* Defensor da ideia de Pátria.
* Crítico da tendência recente do **liberalismo** Português (exagerado e destruidor)
* Moderado (assim se revela em ***A voz do profeta***).
* Insurgia-se contra o vandalismo.
* Defensor da ideia de que é necessário salvar o património representativo da sociedade que acabara de ruir.
* Como redactor da ***Panorama*** cria uma rede nacional de divulgação através da qual recebe informações, apelos e protestos especialmente sobre a delapidação dos bens que se verifica diariamente e que lhe permite ganhar consciência do panorama geral do património português pós **Antigo Regime**.
* Entre 1838 e 1839 publica em **Opúsculos** os “**Monumentos pátrios**” aquele que é o 1º Manifesto sobre a problemática da Salvaguarda do Património Arquitectónico e Artístico Português (conjunto de 4 artigos).

Há uma aliança em Portugal entre o **Liberalismo** revolucionário e o **Romantismo** a partir da Revolução de 1820 (ex.: **Domingos Sequeira**[[7]](#footnote-7) 1768-1837). Desabrocha o **Nacionalismo** com horizontes novos, não contemplados na Lei de 1802, preservação dos monumentos.

Curiosamente os retábulos dos primitivos pintores dos conventos e a riqueza arquitectónica da Igreja Medieval passam a ser objecto de cuidado dos intelectuais românticos, responsáveis pela supressão da sociedade antiga. Os velhos monumentos históricos do **Alvará de D. João V** já não eram os mesmos dos Burgueses construtores do Portugal oitocentista.

**Herculano** revolta-se contra o espírito destruidor da sua geração. Preocupa-se em defender a herança cultural, que se apresenta sob a forma de **Património** e cujo destino deve ser avaliado do ponto de vista da ciência histórica, o que não é de admirar dada a sua formação profundamente alicerçada nas principais correntes historiográficas contemporâneas (à data) que lhe permite entender o significado histórico dos monumentos.

Para **Alexandre Herculano** as datas históricas têm carácter solidário e é esse factor que permite inserir e compreender a função dos monumentos e de outros documentos nas sociedades que os produziram.

Esta postura histórica é de valorização do monumento do ponto de vista cultural independentemente do seu valor de uso ou institucional.

**Herculano** defende que também deve haver responsabilidade civil tanto na salvaguarda, restauro, manutenção e fruição.

Tenta acabar com o preconceito de que só o Grego e o Romano são belos, renovando as concepções da arte Portuguesa, ao valorizar o românico e o gótico.

Chama a atenção para a Arquitectura Gótica, cuja unidade arquitectónica defende contra os estuques, os dourados e as madeiras entalhadas. Considera o **Barroco** de mau gosto “próprio de outro sistema de arquitectura e adaptada a outra ordem de ideias religiosas”.

Há em Alexandre Herculano influência **Kantiana** e como tal, para ele é em nós, no mundo das ideias que devemos buscar o “belo”.

Em Janeiro de 1839, **Alexandre Herculano** sugere ao governo alterações legislativas:

* - A guarda dos monumentos deveria ficar a cargo de quem pudesse, quisesse e soubesse
* - Que fossem sobretudo salvas as antiguidades portuguesas (ao contrário do que estipulavam os alvarás de 1721 e 1802, que atendiam sobretudo às Fenícias, Gregas, Romanas, Godas e Arábicas).

**Herculano** perfila a tese de **Vitet e Viollet-le-Duc:** restauro de acordo com os cânones românticos.

Problemas advindos da extinção das Ordens Religiosas

* Novas responsabilidades ao Estado e aos Municípios
* A nacionalização de centenas de conventos, onde se encontravam os principais tesouros artísticos da Nação e da Idade Média (segundo os **Românticos**)
* Problemas de alienação a particulares
* Reutilização para outros fins que não os religiosos
* A conservação e restauro que também seriam responsabilidade do estado

Muitos **conventos** foram entregues ao **exército**. Outros foram adaptados a **funções fabris**, **armazéns** e **depósitos**, a **tribunais**, a **Câmaras** e a **escolas**. Outros foram **teatros** e **praças de touros**. Os recheios artísticos da pintura e escultura dispersaram-se. Para além das **Bibliotecas** Públicas a quem competiu a escolha da estatuária, bens arqueológicos, lápides e moedas, foram entregues às **Academias de Belas-Artes** de Lisboa e do Porto as colecções de pintura dos conventos extintos.

Ao Ministério do Reino competiam as obras dos monumentos históricos mais importantes (considerados marcos da história nacional). Contudo a noção de restauro, conservação ou recuperação de ruína não era algo assimilado pelos arquitectos dos ministérios.

Os **Museus** ainda não existiam ou tardavam em abrir. As dotações orçamentais eram restritas, escassas senão nulas. O Estado só assumia responsabilidades públicas para obras de inegável valor histórico e nacional:

* O **Mosteiro da Batalha** passa a ser cuidado a partir de 1840. As cortes classificam-no como Monumento Nacional. Os trabalhos são da responsabilidade de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque.
* A **Torre de Belém** por António de Azeredo e Cunha
* O **Palácio Nacional da Pena** pelo Barão de Eschewega
* **Mosteiro dos Jerónimos** (planos de Colson e de Narciso da Silva)
* **Sé de Lisboa**
* **Mosteiro de Alcobaça** (manutenção mínima, evitar o avanço da ruína)
* A **Igreja Gótica de S. João de Alporão** em Santarém foi restaurada entre 1876 e 1882 por iniciativa da Junta Distrital
* A reconstrução da **Igreja de S. Miguel do Castelo** em Guimarães deveu-se a uma sociedade de beneméritos
* O **Templo de Diana** de Évora vereação da Câmara com apoio de Augusto Filipe Simões
* O **Castelo dos Templários** e o **Convento da Ordem de Cristo de Tomar** devem a sua restauração ao político restaurador da Carta Constitucional, Costa Cabral em 1843

O **2º momento** da preocupação da Salvaguarda dá-se com a publicação dos **Opúsculos** de Alexandre Herculano.

Entre 1837 e 1872 as atitudes perante os valores patrimoniais não haviam mudado muito.

Predominava uma visão histórica e arqueológica na interpretação dos monumentos.

**Joaquim Possidónio Narciso da Silva** (Lisboa, 15 de Maio de 1806 — 23 de Março de 1896) foi um arquitecto, arqueólogo e fotógrafo português.

Foi arquitecto da Família Real Portuguesa, tendo trabalhado em 1861 no Palácio da Ajuda em conjunto com a Rainha D. Maria Pia. Parte de sua obra pode ser vista no Museu do Palácio Nacional da Ajuda.

Além disso, Possidónio da Silva foi fundador e presidente da actual **Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP).**

A França era a referência da altura. Foi na convicção do Modelo da Sociedade Francesa de Arqueologia que Joaquim Possidónio Narciso da Silva funda a sua actividade:

* - Representação pública às actividades governativas
* - Excursões arqueológicas de visita e reconhecimento do estado dos monumentos
* - Estudo histórico e artístico de alguns desses monumentos
* - Sensibilização da opinião pública
* - Valorização de diversos aspectos arqueológicos e artísticos

Trabalho de cadastro do património a classificar como monumento nacional autorizado em 1858, hoje perdido.

**Mendes Leal** (Lisboa, 18 de Outubro de 1820 — Sintra, 22 de Agosto de 1886) foi um escritor, jornalista, diplomata e político português. Trabalhou na **Biblioteca Nacional de Lisboa**, de que foi **director**, e dedicou-se ao jornalismo, colaborando na *Revista Universal* e em *O Panorama*, entre outras. Foi deputado, par do Reino e ministro de um dos governos de Costa Cabral, tendo terminado a sua carreira como ministro plenipotenciário de Portugal em Madrid e Paris. Foi grão-mestre da Maçonaria. **Escritor ultra-romântico**, notabilizou-se como dramaturgo de sucesso, embora tenha também publicado poesia, ficção e história e se tenha dedicado à tradução. O seu sucesso no teatro teve início em 1839 com o drama histórico *O Homem da Máscara Negra*.

Foi no papel de Bibliotecário que Mendes Leal chamou à atenção dos ministérios entre 1858-1860 para as dificuldades de cumprimento da lei de 1802 que se tornara obsoleta numa sociedade que se transformara e seguia novo regime administrativo (desenvolvimento urbano gerava destruição; novos fins para edifícios antigos criam problemas; extinção, alienação de bens impunha tutela Estatal – posse e conservação; transferência de atribuições das Câmaras para governadores civis, que tratavam com a BN)

Em 1864, a **Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes** surge, em certo sentido, como a resposta ao antecedente período de destruição generalizada. Uma nova (ou melhor, renovada) consciência patrimonial surgia, que daria frutos e está ainda presente na acção dos diversos agentes culturais que se dedicam à salvaguarda do património nacional.

Foi na convicção do modelo da Sociedade Francesa de Arqueologia que **Joaquim Possidónio Narciso da Silva** a funda. A sua actividade:

* - Representação pública às actividades governativas
* - Excursões arqueológicas de visita e reconhecimento do estado dos monumentos
* - Estudo histórico e artístico de alguns desses monumentos
* - Sensibilização da opinião pública
* - Valorização de diversos aspectos arqueológicos e artísticos

**1866- 1867**- Publicação do Archivo de Architectura Civil

Em Portugal não existia qualquer lei referente ao Património Cultural nem qualquer lista de monumentos a classificar e salvaguardar. As sucessivas comissões que o Estado havia criado desde 1870 não conseguiram encontrar soluções adequadas. A mais operante é de **1875**, nomeada por Decreto de **António Rodrigues Sampaio** que no âmbito da Museologia cria condições para a instalação do **Museu de Belas-Artes**.

**1875**, marquês de Sousa Holstein: só Batalha e templo de Diana cuidados, resto abandonado, peças armazenadas em elevado estado de degradação.

## Classes em que foram divididos os monumentos na lista conhecida em 1880 (24 de Outubro):

1. Obras-primas da arquitectura e da arte portuguesa,
2. Edifícios com significado para o estudo da história das artes,
3. Monumentos militares,
4. Principal estatutária erguida no país, padrões e arcos comemorativos,
5. Lugares memoráveis, pelourinhos, cruzeiros, cipós e marcos milenários
6. Monumentos pré-históricos de reconhecido relevo (em especial dólmenes ou antas).

Esta lista constituiu um marco notável na história do património cultural em Portugal.

**Estácio da Silva Hintze Ribeiro** - através de uma portaria de 1882 cria a **Comissão dos Monumentos Nacionais** sob a presidência de **Possidónio da Silva** (que fez o reconhecimento oficial pelo país dos Monumentos Nacionais).

Em **1890** é criada uma nova comissão

Em **1893 Bernardino Machado** (Ministro das Obras Públicas) reorganiza-a e é **Luciano Cordeiro** quem a preside.

**Frederico Augusto Pimentel** (Director do Serviço de Obras Públicas) publica um regulamento para o seu funcionamento.

A **sequência de Comissões** criadas vem no âmbito de novas realidades culturais e um novo espírito. Devido à inoperância das Instituições a pressão faz-se sentir por parte da Sociedade Civil. As comissões funcionam ao sabor das conveniências políticas.

Desde 1890 - alguns restauros (a um bom ritmo)

Em 1891 - Legislação

**Elvino de Brito -** cria o **Conselho Superior dos Monumentos Nacionais** na dependência do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

**Competências:** Classificar, estudar e aprovar os respectivos projectos dos Monumentos Nacionais.

**Camillo Botto** - No restauro **nada destruir**, salvar a ruína, conserva-la e quando necessário altera-la

Esta teoria não teve sucesso em Portugal e só com a **Carta de Veneza** ganha importância.

**Pedro Carvalheira** - **restauração** tinha o valor restrito de **reposição** no estado provável em que o edifício ficou ao concluir-se, excluindo todos os vandalismos.

**Conselho Superior de Monumentos Nacionais**

**Constituição:** historiadores, críticos, etnólogos, arquitectos, engenheiros e amantes das artes industriais.

**Missão:** Publicação da lista de Monumentos Nacionais

* A pluridisciplinaridade permite a **revisão dos conceitos**
* Classificações baseadas no **Decreto Orgânico de 1901**

**Carácter da classificação:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Época (Ordem)** | **Género (qualidade)** | **Espécie (fim)** |
| Pré-história  | Religiosos | Citânias  |
| Lusitana  | Históricos | Pontes  |
| Lusitana-Romana  |  | Igrejas  |
| Romana  |  | Cruzeiros  |
| Medieval  |  | Castelos  |
| Renascimento  |  | Torres  |
| Moderna  |  | Palácios  |
|  |  | Aquedutos |
|  |  | Pelourinhos |

Monumentos classificados antes de 1910(ao abrigo de leis especiais)

1. Castelo de Elvas (1906)

2. Templo Romano de Évora (1907)

3. Sés de Braga, Lisboa e Évora (1907)

4. Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (1907)

5. Mosteiro da Batalha (1907)

6. Mosteiro de Alcobaça (1907)

7. Mosteiro de Tomar (1907)

8. Mosteiro de Belém (1907)

9. Basílica de Mafra (1907)

10. Basílica da Estrela (1907)

11. Igreja da Sé Velha de Coimbra (1907)

12. Igreja do Carmo (1907)

13. Igreja de S. Vicente de Belém (1907)

14. Castelo de Guimarães (1908)

## Critérios do séc. XIX

* Correspondência histórica e arqueológica do monumento
* Valores estéticos e artísticos

# Tema 3 - O SÉCULO XX



O estudo do Tema 3 decorre de 15 de Maio a 11 de Junho de 2012. Pretende-se com a presente temática estudar a história da salvaguarda do património entre nós durante o século XX, concretamente até à década de sessenta. Deverá, de seguida, iniciar a leitura do Texto F disponibilizado no espaço [**Biblioteca**](http://www.moodle.univ-ab.pt/moodle/mod/resource/view.php?r=877771).

Espera-se que o estudante trabalhe a matéria em análise e proceda de acordo com o indicado no Plano da Unidade Curricular (PUC) para as derradeiras quatro semanas do semestre.

## Nova Lei do Património - 26 de Maio de 1911.

**Novidades:**

1. Descentralizar competências dividindo o país em 3 circunscrições onde funcionavam os respectivos conselhos de arte e arqueologia

2. Alargar a base social de estudo, defesa e arrolamento de bens a um número ilimitado de vogais (efectivos, correspondentes, honorários e auxiliares)

3. Dar resposta às criticas dos artistas, dos historiadores e críticos de arte, reconhecendo o seu papel na vida artística e abrindo-lhes as portas à participação na salvaguarda dos bens culturais do país.

4. Admitem-se critérios mais eficientes de divulgação (exposições) e de fruição dos bens culturais, porque se estabeleceram os Museus do Estado subordinados aos conselhos entretanto criados nas últimas décadas da Monarquia Constitucional

5. Lei fundamental que faltava aos Monumentos Nacionais, regulamentando a propriedade, administração, conservação e restauro, prevendo-se a inscrição no orçamento de verbas específicas destinadas à conservação e restauro a realizar nas diferentes circunscrições do país.

## **Conselho de Arte e Arqueologia**

**Composição** - artistas, críticos de arte, antropólogos e etnólogos, etc.: Visconde de Atouguia, Columbano, João Vaz, Malhoa, António Carneiro, Simões de Almeida, etc.

## **Associações voluntaristas** locais

* Comissão de Salvaguarda dos Monumentos antigos de Santarém
* União dos amigos dos monumentos da Ordem de Cristo
* Grupo Pró-Évora
* Instituto Histórico do Minho
* Sociedade Martins Sarmento
* Comissão de vigilância pela guarda e conservação do Castelo da Feira

## **Estado Novo**

Pródigo em decretos. Revoga a organização herdada da República. Centralismo de decisões associado a um municipalismo aparente. Cria a **Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais** em 1929, a sua grande obra: coerência de acção, publicações em que explicita as opções metodológicas, “estaleiro” para desenvolvimento de práticas.

**Filosofia:** antiestética

## **Categorização dos bens imóveis**

* - Monumentos Nacionais
* - Imóveis de Interesse Público
* - Imóveis de valor Concelhio

## **Restaurar o quê e como?**

Definido pelo Engenheiro Henrique Gomes da Silva, baseado nas concepções oitocentistas de carácter medievalista: restrita observação do purismo arquitectónico, segundo a teoria de **Viollet-le-Duc**. Pureza da traça primitiva.

No pós-guerra, em particular a partir dos anos 50, há tentativas de mudar, por parte de críticos e influenciadas pela multiplicação de museus, o interesse pela arte popular (associado à **etnologia** e **antropologia**), o interesse por estilos como o renascimento, **barroco** e maneirismo, o interesse pelos monumentos ligados ao municipalismo.

# Biografias[[8]](#footnote-8)

## Alexandre Herculano (1810-1877)

Filho de modesto funcionário administrativo, de raízes rurais, preparou-se no colégio dos Oratorianos para matricular-se na universidade, mas a morte do pai leva-o a opar por um curso mais utilitário e rápido, frequentando assim as aulas de Comércio e o curso de Diplomática. A sua formação acontece na época incerta das Invasões, momento em que as fronteiras portuguesas estão abertas a influências exteriores. As suas tendências literárias (Schiller, Chateaubriand) colocam-no em contacto com Castilho e com representantes da geração de Bocage, acedendo dessa forma aos salões da Marquesa de Alorna. Alinhado na revolta de Setembro, em 1831, vê-se obrigado a exilar-se em Inglaterra e depois em França, tal como **Garrett** e **Domingos Sequeira**, preconizadores do **romantismo** em Portugal.

Regressa a Portugal, como soldado, na expedição de D. Pedro, onde desembarca no Porto e toma parte do cerco feito à cidade. Mas já então colabora em trabalhos de reforma cultural relacionados com a revolução e dessa forma organizou a Biblioteca Publica do Porto.

A revolução de **Setembro de 1836**[[9]](#footnote-9) leva-o a demitir-se do seu cargo de bibliotecário e regressa a Lisboa, onde faz várias publicações contra os novos governantes, na ***Voz do Profeta***. Este começo literário tem continuidade n’ ***O Panorama***, jornal de que assume a direcção em 1837. Neste semanário enciclopédico ilustrado, editado pela Sociedade Promotora de Conhecimentos Úteis, dirigido a um largo publico, fez Herculano aparecer narrativas históricas e estudos eruditos….

Em 1839, obtém o lugar de director das bibliotecas reais das Necessidades e da Ajuda, cargo directamente dependente de D. Fernando.

Politicamente alinha-se com o partido cartista ou conservador, embora na sua ala esquerda; nessa qualidade foi deputado à legislatura de 1840, onde apresentou um plano de ensino popular: Mas logo se desinteressou da vida parlamentar. Aderiu à moderada Constituição de 1838, desaprovou o golpe de Estado de Costa Cabral que restaurava a *Carta* (1820?). É durante o período cabralista que Herculano produz a maior parte da sua obra literária.

Dera-se entretanto o golpe de Estado da Regeneração, em 1851 com o General Saldanha. Herculano, acompanhando a própria corte e o rei D. Fernando abandona a neutralidade política e colabora na formação do novo governo, onde acaba por se opor ao ministério, entrando em conflito com a sua principal figura Rodrigo da Fonseca Magalhães, secundado por Fontes Pereira de Melo. Em 1853 candidata-se à Câmara de Belém, ganhando as eleições, onde nas funções do cargo, entra em conflito com o ministro do Reino em 1855.

Inicia entretanto (1853-1854) uma viagem pela província para recolha de elementos para a colecção ***Portugaliae Monumenta Historica***, onde recebeu provas do seu prestígio nacional.

Complementar biografia com [elementos do texto](#AlexandreHerculano1)

**Bibliografia**

SARAIVA, António J., e Óscar Lopes. HISTÓRIA DA LITERATURA PORTUGUESA. 17. Lisboa: Porto Editora, 2010, p. 705-707

## D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, 1º Marquês de Abrantes (1676-1733)

## Francisco Martins Sarmento (1833-1899)

Este ilustre Português de nome Francisco Martins de Gouveia Morais Sarmento, foi um abastado vimaranense, formado em Direito, mas também foi etnólogo e arqueólogo. O seu legado surge com a criação da Sociedade Martins Sarmento em 1882 por um grupo de amigos e admiradores, que o elegeram “patrono” da instituição.

É imensurável o contributo patrimonial e material deste culto estudioso às gerações vindouras, desde as escavações feitas, por conta própria, na Citânia de Briteiros[[10]](#footnote-10), às doações valiosíssimas dos achados de expedições científicas feitas em vários pontos do país, ao espólio pessoal, como a sua biblioteca erudita, importantes colecções de arte e numismática, que ainda em vida, passaram para as mãos da Sociedade.

O seu contributo científico deixou imensos artigos científicos, com participações em várias revistas. Manuscritos sobre arqueologia, dos quais são referidas 4.500 páginas que ainda hoje aguardam publicação.

Hoje, a cidade de Guimarães continua a manter viva a obra do seu “patrono”, em total ligação com a Universidade do Minho que seguiu-lhe a actividade na investigação. A Casa Sarmento é aliás, um centro de estudos do património, o Museu contém todo o preciosíssimo espólio já mencionado anteriormente.

De referir, que na sua biografia de 27 páginas, publicada e acessível na página *web* da Sociedade Martins Sarmento[[11]](#footnote-11), é talvez o factor Homem aquele que tem o maior tom de elogio; são-lhe atribuídas com enlevo nobres qualidades, como a simplicidade, o seu carácter benemérito, o seu interesse pelas gentes e costumes da sua terra.

**Webgrafia:**

CARDOZO, Mário – *Francisco Martins Sarmento: Esboço da sua Vida e Obra científica*. Guimarães: Casa de Sarmento, 1961. [Consulta 29 Abril 2012]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.csarmento.uminho.pt/sms_41.asp>

Foto 1: Disponível na Internet: <URL: <http://www.pedraformosa.blogspot.pt/2012_03_01_archive.html>

## Gabriel Vítor do Monte Pereira (1847-1911)

## Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896)

Parte para o Brasil (Rio de Janeiro) em 1807 com a família, o seu pai tinha o cargo de Mestre Geral dos Paços Reais, em virtude da ocupação francesa. Regressa a Lisboa em 1821, na corte de D. João VI, onde estudou. Em 1824 vai para Paris frequentar o curso de Arquitectura na escola de belas artes. Entre 1829 e 1830 esteve em Roma, voltando a Paris para colaborar nas obras do Palais Royal e das Tulheries. No final de 1833 retorna a Portugal, tornando-se arquitecto da Casa Real. Participa nas obras dos Palácios da Pena, São Bento – reconversão do Convento em Parlamento -, Necessidades, traçando também o Palácio do Alfeite. Autor do projecto do Palácio da Ajuda (1834). Trabalhou também na remodelação do Teatro de São Carlos.

Sócio fundador do Grémio Literário (1846) juntamente com Alexandre Herculano e Almeida Garret, entre outros. Tem na Maçonaria o papel de Grão Mestre da Grande Loja Provincial do Oriente Irlandês (1851-1853). Acaba por se dedicar à arqueologia, tendo sido encarregado, por D. Pedro V, em 1858, de proceder a um estudo técnico de monumentos nacionais que os pudessem levar a ser classificados como monumentos nacionais, no que resultou na criação de um arquivo arqueológico e arquitectónico.

A Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses é fundada em 1863 por sua iniciativa e é concedida, por D. Luís, para sede e Museu Arqueológico as ruínas do Convento do Carmo.

Como fotógrafo amador é dos primeiros a compreender e a introduzir a fotografia, como forma de estudo e registo documental do Património e, também dos primeiros a reconhecer a vertente artística na arquitectura.

Todas as actividades respeitantes à arquitectura, à arqueologia e ao Património, e nas suas associações, resultarão não apenas da influência de seu pai, como Mestre Geral dos Paços Reais, mas também da formação e influências recebidas, nomeadamente em Paris, onde se reconhecia já a importância destes temas.

**Bibliografia**

ORTIGÂO, Ramalho - *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa: António Maria Pereira, 1896

CUSTÓDIO, Jorge - *De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)*. in CUSTÓDIO, Jorge; SILVA, Nuno Vassalo e; SOROMENHO - Miguel, *Dar Futuro ao Passado.* Lisboa: SEC / IPPAR, 1993, p. 33-53

**Webgrafia**

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA [Em linha]. [Consult. em 2012-05-05] Disponível em <http://www.parlamento.pt/VisitaParlamento/Paginas/BiogPossidoniodaSilva.aspx>

HERÓDOTO [Em linha]. [Consult. Em 2012-05-05] Disponível em <http://herodoto4.blogspot.pt/2006/05/possidnio-da-silva-1806-1896.html>

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES [Em linha]. [Consult. em 2012-05-05] Disponível em [http://museusportugal.org/aap/html/historia.htm#](http://museusportugal.org/aap/html/historia.htm)

GRÉMIO LITERÁRIO [Em linha]. [Consult. Em 2012-05-05] Disponível em <http://www.gremioliterario.pt/fundadores.php>

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA TORRE DO TOMBO [Em linha]. [Consult. em 2012-05-05] Disponível em <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1606>

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (AAP) [Em linha]. [Consult. em 2012-05-05] Disponível em <http://www.arqueologos.pt/p_aap.html>

DIRIGENTES DAS MAÇONARIAS PORTUGUESAS [Em linha]. [Consult. em 2012-05-05] Disponível em <http://members.tripod.com/~gremio_fenix/dirigentes.html>

Nascido a 15 de Maio de 1806, em Lisboa, Joaquim Possidónio Narciso Silva foi um nome célebre na protecção e restauro do património português. A sua formação de arquitectura, em França na *École de Beaux Arts*, a sua passagem por Roma e a sua participação nas obras do *Palais Royal* e *Tuilleries* fez com que o seu regresso a Portugal fosse marcado pela sua nomeação para arquitecto da Casa Real, tendo assim participado nas obras do palácio Pena, São Bento, Necessidades e Palácio do Alfeite.

Em 1850 Possidónio conseguiu obter a aprovação do governo para o primeiro levantamento dos “monumentos nacionais”, procurando com este levantamento sensibilizar a classe governamental para a importância da salvaguarda dos monumentos arquitectónicos como registo da memória da nação, de forma a que, à semelhança do que já era feito noutros países europeus, fossem desenvolvidos e legislados mecanismos que assegurassem a salvaguarda dos mesmos.

Treze anos depois Possidónio fundou a *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, sendo esta a primeira associação portuguesa “dedicada à causa patrimonial, exercendo um papel activo em torno da reflexão sobre os princípios teóricos de intervenção e estabelecendo um conjunto de acções práticas de salvaguarda, com permanentes exposições aos governos sobre a conservação dos monumentos históricos” (CORREIA, 2010:208).

O prestígio internacional de possidónio da Silva proporcionou o intercâmbio com associações estrangeiras, permitindo assim uma troca de informações, originando uma “convivência científica” que mostrou resultados eficazes no âmbito da salvaguarda dos monumentos nacionais e de um vasto património artístico e arqueológico.

Além da criação da Associação, Possidónio publicou ainda o livro *“Noções elementares de archeologia”,* bem como artigos em jornais procurando sensibilizar a população para a salvaguarda do património arquitectónico.

**Bibliografia**

CORREIA, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos. *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949*). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

**Webgrafia**

Heitlinger, Paulo

Arqueo. Org – O portal da Arqueologia Ibérica, sem obscurantismo e religiosidade

Possidónio da Silva (1806-1896)

Disponível em <http://algarvivo.com/arqueo/arqueologos/possidonio-silva.html> ; Acedido a 2/05/2012

Em 1880 conseguiu que o governo autorizasse a fundação da Comissão de Monumentos Nacionais, com a missão de identificar e classificar o património histórico nacional e a recomendação de legislação que visasse a sua proteção. A criação de cursos de História da Arte e de Arqueologia, são exemplos disso

## José Leite de Vasconcelos (1858-1941)

## Luciano Cordeiro (1844-1900)

Luciano Cordeiro (Mangualde 1844 – Lisboa 1900) foi um dos impulsionadores da criação em 1875 da Sociedade de Geografia de Lisboa. Formou-se em 1867 com o Curso Superior de Letras e leccionou no Colégio Militar. Em 1872 é nomeado primeiro-oficial do Ministério do Reino e nesta função cria uma comissão, da qual fará parte, que será responsável pela elaboração de um estudo para a reforma da conservação dos monumentos nacionais e para a criação de museus.

Encarregado em dar um parecer sobre as obras no Mosteiro dos Jerónimos, apresentou esse trabalho à *Commissão dos Monumentos Nacionaes*, em 7 de Novembro de 1895, «dando voto favorável ao último projecto apresentado pelo Director-Geral dos Edifícios Públicos.» (MACHADO, 1981: 142-143)

Personalidade multifacetada, defensor do ultramar português foi escritor e político, era membro do Partido Regenerador e chegou a ser deputado pelo círculo de Mogadouro e de Leiria. Luciano Cordeiro foi uma personalidade importante da sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX, que teve uma acção importante na área do património pelas decisões que tomou nesta área e que enunciamos nos parágrafos anteriores.

**Bibliografia**

GUSMÃO, Armando Nobre de. Cordeiro de Sousa, Luciano Baptista. *Dicionário de História de Portugal* (Dir. de Joel Serrão). Vol. II. Liv. Figueirinhas. Porto, [1984)

MACHADO, José Timóteo Montalvão. *Luciano Cordeiro*. Acedido em 01-05-2012, em: <http://www.cm-mirandela.pt/files/83/8329.pdf>

The Project Gutenberg EBook of As obras dos Jeronymos, by Luciano Cordeiro. Acedido em 01-05-2012, em: <http://www.gutenberg.org/files/29567/29567-h/29567-h.htm>

## Ramalho Ortigão (1836-1915)

Perante a industrialização, que ameaça destruir as culturas tradicionais (então valorizadas como suporte da construção política e ideológica da nação), o séc. XIX volta-se para o passado procurando estudar e preservar os seus testemunhos – quer os documentais/monumentais, quer os que sobrevivem na cultura popular. Em *O culto da arte em Portugal*, de 1896, Ramalho Ortigão coloca, de forma abrangente, a questão do estado do património histórico nacional, discutindo a sua situação à altura, os caminhos seguidos na sua preservação, e as soluções que importava adoptar.

O autor, embora afirme que o séc. XIX sabe «compreender e [...] venerar»[[12]](#footnote-12) os vestígios do passado, faz uma apreciação muito crítica do modo como em Portugal estes são tratados: segundo ele, o desprezo das gentes e a incapacidade da tutela oficial levam à negligência ou a acções de preservação impróprias. Como exemplo, refere as tentativas de restauro de três monumentos emblemáticos, o Mosteiro dos Jerónimos, a Igreja da Madre de Deus e o Mosteiro da Batalha. No primeiro caso, a incompetência técnica é atestada pelo ruir das obras, e a falta de planificação séria ou coerente demonstra-se pela indefinição quanto ao destino a dar ao espaço após a restauração. Na Madre de Deus, ainda que o trabalho executado no portal seja adequado, há a descaracterização de elementos, como algumas colunas do séc. XV, pela adição de motivos decorativos modernos, incongruentes e de mau gosto. Por fim, quanto à Batalha, R. Ortigão fala da existência de um estudo aprofundado para uma intervenção, de autoria do arquitecto Luís Mouzinho de Albuquerque, que não teve aplicação prática, e descreve a execução de um restauro sem rumo, sem um plano que levasse em conta aspectos geológicos e climáticos, e sem mérito artístico ou técnico.

Da ausência de planeamento que caracteriza as acções de salvaguarda patrimonial em Portugal, dificultando até a possibilidade da sua apreciação crítica, resultam erros como a destruição das escadas da entrada principal do Mosteiro da Batalha, aumentando a altura da porta e assim alterando a escala do edifício e o equilíbrio do todo, com implicações estéticas mas também de desrespeito pelos cânones do gótico e pela simbologia que lhe estava associada. A aprovação oficial dessas modificações – e de outras, como o acrescento de uma capela baptismal cujo traçado é uma aproximação boçal ao estilo gótico – demonstra o facilitismo e a ignorância da tutela governamental. Outros exemplos desta realidade são a construção do gasómetro da companhia de iluminação a gás perto da Torre de Belém, sem fazer caso dos efeitos da poluição industrial na conservação do monumento e da necessidade de manter intacta a paisagem circundante, e o desmembramento de parte do Convento de Celas para venda em hasta pública dos seus conteúdos, arruinando-se o impacto e o sentido do conjunto.

A análise efectuada, que não encontra na acção do Estado – tendo uma tutela «vagamente definida»[[13]](#footnote-13), que favorecia a irresponsabilidade e inacção políticas, dado lugar à criação de uma Comissão dos Monumentos Nacionais com falta de recursos e de capacidades – nem visão crítica nem aptidão técnica ou estética (o uso de termos como assassinato, peste ou atentado, referindo-se à defesa que as autoridades fazem do património nacional, não deixa dúvidas), prossegue com uma apreciação bastante desfavorável da responsabilidade do poder local, dos particulares e de algumas entidades eclesiásticas. Nestes casos, é registada sobretudo uma intervenção negativa ou destrutiva: o “pragmatismo” da mutilação das estátuas jacentes do túmulo de D. Henrique na Sé de Braga para as acomodar num espaço mais exíguo, do aproveitamento da cantaria do castelo de Vasco da Gama na Vidigueira como matéria-prima de construção, ou da degradação da Igreja do Convento de S. Francisco, em Santarém, dado o seu uso como cavalariça; a insensibilidade perante o significado histórico e simbólico das edificações, que permite a destruição de várias portas de muralha no Porto; e o desejo provinciano de modernização, tal como nos é revelado pelo projecto de demolição da Igreja do Convento do Paraíso, em Évora, para dar lugar a uma praça. As intervenções de manutenção ou protecção eficientes ou não acontecem, por falta de meios, como no caso da sepultura de Pedro Álvares Cabral, ou são comprometidas pela falta de bom senso que se revela, por exemplo, na cobertura dos mármores da Igreja do Convento das Freiras de Jesus, em Setúbal, por uma camada grosseira de pintura, ou na ampliação da rosácea da fachada da Igreja de S. Francisco, em Évora…

Contudo, o autor destaca intervenções recentes de várias instituições e personalidades da sociedade civil, como o projecto de «reconstituição artística»[[14]](#footnote-14) da Sé de Braga pelo prelado desta, a restauração criteriosa da Sé Velha de Coimbra sob os auspícios do Bispo local, o financiamento particular da reparação da Igreja de S. Francisco em Évora e a acção de organizações como a Sociedade de Instrução do Porto ou a Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães, como aspectos positivos, motivos de satisfação e de confiança que – apesar da falência dos poderes públicos e dos muitos atropelos cometidos também fora da sua alçada – aligeiram o seu balanço sombrio.

Mas o diagnóstico apresentado em *O culto da arte em Portugal* não dá por encerrada a questão da intervenção patrimonial, antes procura mudar o curso dos acontecimentos despertando a consciência do Poder da época – governo, parlamento e imprensa – para que seja possível salvaguardar, conhecer e valorizar a nossa herança, ensinando o povo a apreciá-la de modo a evitar a perda de identidade e a decadência da nação. Esta obra, como tantas outras reflexões que, no séc. XIX, viam de forma pouco lisonjeira a situação de Portugal (à luz de uma certa percepção da civilização europeia e dos avanços da ciência), ainda hoje é uma peça fundamental na compreensão da nossa realidade e dos desafios que nos esperam.

**BIBLIOGRAFIA**

ALVARÁ régio de 20 de Agosto de 1721.

ORTIGÃO, Ramalho – *O culto da arte em Portugal*. Lisboa : António Maria Pereira, 1896.

RAMOS, Paulo Oliveira – O Alvará régio de 20 de Agosto de 1721 e D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, o 1º Marquês de Abrantes. *Discursos : língua, cultura e sociedade*. Lisboa : Universidade Aberta. III Série, vol. 6 (2005), p. 87-97.

SOROMENHO, Miguel ; SILVA, Nuno Vassalo e – Salvaguarda do património : antecedentes históricos. Da Idade Média ao Século XVIII. In PORTUGAL. Instituto Português do Património Arquitectónico, org. - *Dar futuro ao passado*. Lisboa : SEC/IPPAR, 1993. p. 22-32.

# Índice

A

*A voz do profeta* 18

absolutismo 18

Academia Real da História Portuguesa 13

Academias de Belas-Artes 20

Alexandre Herculano (1837-1964) 12, 17

Alvará 1721 13, 16, 19

Alvará 1802 14, 22

André de Resende (1500-1573) 10, 12

antigo 13

Antigo Regime 18

Antiguidade 9

António Rodrigues Sampaio 22

antropologia 27

Archivo de Architectura Civil 22

Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) 21

Associações voluntaristas 26

B

Barroco 19, 27

Bernardino Machado 23

Biblioteca Nacional de Lisboa 21

Bibliotecário-mor da Biblioteca Publica 14

Braga 10

C

Camillo Botto 23

Carta de Veneza 23

Castelo dos Templários 21

cipo romano 10

Classes 22

Classicismo 11

Comissão dos Monumentos Nacionais 23

Conselho de Arte e Arqueologia 26

Conselho Superior dos Monumentos Nacionais 23

Convento da Ordem de Cristo 21

Costa Cabral 21

Costa e Silva 11

Critérios do séc. XIX 24

D

**D. Afonso V** (1432-1481) 10

D. João V 14

D. Rodrigo Meneses 12

D. Sebastião 13

Damião de Góis 10

Decreto Orgânico de 1901 23

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais 26

Dom Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) 10

Domingos Sequeira (1768-1837) 18

E

Elvino de Brito 23

Engenheiro Henrique Gomes da Silva 27

escavações 9

Estácio da Silva Hintze Ribeiro 23

Estado Novo 26

etnologia 27

Eugénio IV (1431-1447) 8

Évora 10

F

Filipe II 10

Francisco de Holanda 10

Francisco Xavier Fabri 11

Frederico Augusto Pimentel 23

G

gótico 9, 19

H

Herculano 9

história urbana 10

humanismo 10

Humanismo 11

I

Idade Média 8, 9

Igreja de S. João de Alporão 20

Igreja de S. Miguel do Castelo 20

Inspecção dos Monumentos e Antiguidades 16

J

James Wyatt 9

Joaquim Possidónio Narciso da Silva 12, 21, 23

jornadas 12

José Silvestre Ribeiro 14

K

Kant 19

L

Lei do Património 1911 26

liberalismo 18

Luciano Cordeiro 23

Luís António de Azevedo (1755-1818/20) 14

M

Marquês de Abrantes 12

Marquês de Sousa Holstein 22

Mendes Leal (1820-1886) 21

Monumentos classificados antes de 1910 24

monumentos nacionais 14

Monumentos pátrios 18

Mosteiro da Batalha 12, 20

Mosteiro de Alcobaça 20

Mosteiro dos Jerónimos 10, 20

Museu de Belas-Artes 22

Museus 20

N

Nacionalismo 18

Neoclassicismo 18

O

*O Panorama* 21

Opúsculos 18, 21

Ordens Militares 9

Ordens Religiosas 19

P

Palácio da Ajuda 11, 21

*Panorama* 18

Património 12, 13, 19

Pedro Carvalheira 23

Pompeia 9

Q

*Quattocento* 8

R

Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses 14, 22

rede 13

*Revista Universal* 21

românico 19

Romantismo 18, 20

S

Santiago do Cacém 12

Sé de Lisboa 20

Setembrismo 17

Sociedade dos Arquitectos Portugueses 12

T

Teatro Romano de Lisboa 11

Templo de Diana 20

Torre de Belém 20

Torreão do Paço da Ribeira 10

turismo cultural 9

V

Vila-Francada 18

vintismo 17

Viollet-le-Duc 19, 27

Visitações 9

1. A estas jornadas de indivíduos isolados ou em pequenos grupos - conhecem-se entre outros, os casos de **Alexandre Herculano** entre 1853 e 1854 (Cenas de um Ano da minha Vida e Apontamentos de Viagem) e **Joaquim Possidónio Narciso da Silva**, entre 1882 e 1883 (relatórios da Comissão dos Monumentos Nacionais apresentado ao ilustríssimo ministro das Obras Publicas, Comércio e Indústria pelo Presidente da referida comissão em 1884 -, sucederiam as “excursões” colectivas. Assim, em Junho de 1904, a **Sociedade dos Arquitectos Portugueses** fez a sua “primeira excursão artística aos monumentos nacionais, à **Batalha** no caso. [↑](#footnote-ref-1)
2. 8 de Dezembro de 1720 [↑](#footnote-ref-2)
3. A extinção em 1760 inviabilizou a continuação da recolha de antiguidades arqueológicas, epigráficas e numismáticas, mas o impulso que esta deu permitiu:

- A troca de conceitos; A crítica das ideias artísticas; - A gestão de novos gostos estéticos [↑](#footnote-ref-3)
4. Em **4 de Fevereiro de 1802**, novo alvará sobre a mesma matéria, assim designado: Alvará com força de lei pelo qual Vossa Alteza Real he servido suscitar o alvará de lei de 20 de agosto de 1721, ordenado em beneficio da Academia Real da História Portugueza para a conservação e integridade das estátuas, mármores, cippos, e outras peças de Antiguidade: mandando que as funções do mesmo Alvará, que até agora pertenciam ao secretário da dita Real Academia, fiquem da data do presente em deante pertencendo ao **Bibliothecario Maior da Bibliotheca Publica**; tudo na forma acima declarada.

[http://www.freebooksread.finecrypt.net/O\_culto\_da\_arte\_em\_Portugal/rbook=o03216=book\_13562=txt/book\_13562/30456-8.txt=10=17.htm](http://www.freebooksread.finecrypt.net/O_culto_da_arte_em_Portugal/rbook%3Do03216%3Dbook_13562%3Dtxt/book_13562/30456-8.txt%3D10%3D17.htm) [↑](#footnote-ref-4)
5. designação dada à corrente mais à esquerda do movimento liberal. O setembrismo derivou directamente do vintismo, recebendo a sua designação do apoio prestado por esta facção à **Revolução de Setembro** (**1836**). Por coincidência, a Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1822 fora também aprovada em Setembro. O movimento defendia a supremacia da soberania popular, lutando activamente pela substituição da Carta Constitucional de 1826, outorgada pelo soberano, por uma constituição aprovada por um congresso democraticamente eleito pelo povo.

 Face à incipiência do sistema político português de então, sem partidos organizados na acepção moderna do termo, o partido setembrista, isto é a corrente mais à esquerda do liberalismo, assumiu-se como oposição ao cartismo, isto é à facção mais conservadora que apoiava a Carta Constitucional de 1826. [↑](#footnote-ref-5)
6. Vintismo é a designação genérica dada à situação política que dominou Portugal entre Agosto de 1820 e Abril de 1823, caracterizada pelo radicalismo das soluções liberais e pelo predomínio político das Cortes Constituintes.

 O vintismo iniciou-se com o pronunciamento militar do Porto de 24 de Agosto de 1820, que conduziu à formação da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino presidida pelo brigadeiro António da Silveira Pinto da Fonseca, e terminou com a Vila-Francada, quando a 27 de Maio de 1823 o infante D. Miguel encabeça, em Vila Franca de Xira, uma sublevação militar que leva à abolição da Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1822 e ao restabelecimento, ainda que mitigado, do absolutismo.

 As políticas vintistas eram avançadas para a sua época, sendo durante boa parte do século XIX português um elemento mobilizador e congregador da esquerda liberal que sempre tentou, depois do termo da Guerra Civil, o restauro das soluções constitucionais de 1822.

 O objectivo deste movimento era regenerar a pátria, apelando à aliança do rei com as forças sociais representadas nas Cortes. Da convocação destas novas cortes esperava-se uma sábia constituição, propiciadora de uma governação justa e eficaz. O que caracteriza o vintismo é o grande número de militares e profissionais liberais que participam no processo político. Propõe o fim do absolutismo e o retorno do rei D. João VI para Portugal [↑](#footnote-ref-6)
7. Com uma pensão de D. Maria I, em 1788, partiu para Itália e estudou na Academia Portuguesa em Roma.

Regressou a Lisboa em 1795 e de 1798 a 1801 viveu no Convento da Cartuxa de Laveiras.

Nomeado pintor da corte em 1802 e co-director da empreitada de pintura do Palácio da Ajuda. De 1803 a 1806, director da aula de Desenho no Porto. Neste período pintou alegorias patrióticas e retratos, fazendo o desenho das peças para oferecer a Beresford.

Viveu intensamente as convulsões políticas da época — foi, sucessivamente, partidário do exército de invasão francês (*Junot protegendo Lisboa*, 1808), da aliança inglesa (*Apoteose de Wellington*, 1811), da revolução liberal (retratos de 33 deputados, 1821) e da **Carta Constitucional** (D. Pedro IV e Maria II, 1825). **Vintista**, exilou-se em França com a contra-revolução **absolutista** da **Vila-Francada**, onde expôs, no Salão do Louvre, A Morte de Camões, obra que lhe mereceu medalha de ouro e colocação entre os pintores **românticos**.

Acabou por se fixar em Roma em 1826, onde se dedicou à pintura religiosa, em visões de luminosidade já **romântica** (Vida de Cristo, 1828; Juízo Final, 1830).

Morreu naquela cidade, sem rever Portugal. Foi igualmente autor da baixela neoclássica de cem peças oferecida a Wellington em 1811-1816.

Em termos estéticos é considerado o pintor de transição do **Neoclassicismo** para o **Romantismo**. (algumas obras disponíveis em: <http://www.visualartsportugal.com/pintura-portuguesa/seculo-xix/domingos-antonio-de-sequeira>) [↑](#footnote-ref-7)
8. As biografias foram realizadas com base nas AFs apresentadas por colegas e num e-Folio de 2010, sobre Ramalho Ortigão. [↑](#footnote-ref-8)
9. Movimento conhecido como *Setembrismo* [↑](#footnote-ref-9)
10. Ainda hoje, local de visita obrigatória por estudantes do ensino básico, secundário e público em geral. [↑](#footnote-ref-10)
11. Recomenda-se a leitura de outros aspectos da sua vida, nesta biografia, como a polémica com outros ilustres “patrimonialistas” da época. Disponível em: http://www.csarmento.uminho.pt/sms\_41.asp [↑](#footnote-ref-11)
12. Ramalho Ortigão, O culto da arte em Portugal, p. 6 [↑](#footnote-ref-12)
13. *Ibid*., p. 17 [↑](#footnote-ref-13)
14. *Ibid*., p. 170 [↑](#footnote-ref-14)